



Gestão e Vigilância em
Saúde



REGULAÇÃO EM SAÚDE



Aula 3.b

Kleyton Passos

1 - REGULAÇÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE

Art. 2º - Inciso I

REGULAÇÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE:

Tem como **objeto** os sistemas municipais, estaduais e nacional de saúde, e como **sujeitos** seus respectivos gestores públicos, definindo a partir dos princípios e diretrizes do SUS, macrodiretrizes para a Regulação da Atenção à Saúde e executando ações de **monitoramento, controle, avaliação, auditoria e vigilância** desses sistemas;

Art. 3º - AÇÕES

I - Elaboração de decretos, normas e portarias que dizem respeito às funções de gestão;

II.- Planejamento, Financiamento e Fiscalização de Sistemas de Saúde;

III.- Controle Social e Ouvidoria em Saúde;

IV - Vigilância Sanitária e Epidemiológica;

V - Regulação da Saúde Suplementar;

VI.- Auditoria Assistencial ou Clínica; e

VI.- Avaliação e Incorporação de Tecnologias em Saúde.

Regulação sobre Sistemas de Saúde

Vigilância em Saúde

Regulação da Saúde Suplementar

Controle sobre Sistemas de Saúde

Regulação da Atenção à Saúde

**Programação
da Atenção à
Saúde**

**Contratação
de
Serviços de
Saúde**

**Regulação do
Acesso à
Assistência**

**Avaliação de
Serviços de
Saúde**

**Controle da
Produção
Assistencial**

Sistemas de Informações

Avaliação sobre Sistemas de Saúde

Auditoria de Sistemas

Controle Social

2 - REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE

Art. 2º - Inciso II

REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE:

Exercida pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, conforme pactuação estabelecida no Termo de Compromisso de Gestão do Pacto pela Saúde; tem como **objetivo** garantir a adequada prestação de serviços à população e seu **objeto** é a produção das ações diretas e finais de atenção à saúde, estando, portanto, dirigida aos prestadores públicos e privados, e como **sujeitos** seus respectivos gestores públicos, definindo estratégias e macrodiretrizes para a Regulação do Acesso à Assistência e Controle da Atenção à Saúde, também denominada de Regulação Assistencial e controle da oferta de serviços **executando ações de monitoramento, controle, avaliação, auditoria e vigilância da atenção e da assistência à saúde** no âmbito do SUS;

Art. 4º - AÇÕES

I - cadastramento de estabelecimentos e profissionais de saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES;

II - cadastramento de usuários do SUS no Sistema do Cartão Nacional de Saúde - CNS;

III – contratualização de serviços de saúde Segundo as normas e políticas específicas deste Ministério;

IV - credenciamento/habilitação para a prestação de serviços de saúde;

V – elaboração e incorporação de protocolos de regulação que ordenam os fluxos assistenciais;

VI - supervisão e processamento da produção ambulatorial e hospitalar;

Art. 4º - AÇÕES

VII - Programação Pactuada e Integrada - PPI;

VIII - avaliação analítica da produção;

IX – avaliação de desempenho dos serviços e da gestão e de satisfação dos usuários - PNASS;

X – avaliação das condições sanitárias dos estabelecimentos de saúde;

XI – avaliação dos indicadores epidemiológicos e das ações e serviços de saúde nos estabelecimentos de saúde; e

XII - utilização de sistemas de informação que subsidiam os cadastros, a produção e a regulação do acesso.

**CADASTRO NACIONAL
DE
ESTABELECIMENTOS
DE SAÚDE**

CNES

- **Compreende o conhecimento dos estabelecimentos de saúde nos aspectos de área física, recursos humanos, equipamentos e serviços ambulatoriais e hospitalares.**
- **Portaria GM/MS 1.890 - 18/12/97**
- **Portaria SAS/MS 33 - 24/03/98**
- **Portaria SAS/MS 511 - 29/12/00**
- **É base para o Cartão Nacional de Saúde dos profissionais que executam ações e serviços de saúde pelo SUS**

Bem vindo ao nosso novo site! As funcionalidades que ainda não foram implementadas neste site, estão disponíveis [aqui](#).

ACESSO RÁPIDO

Consultas

Cronograma

Desativar Cadastro

Obter CNES

Obter Usuário/Senha

TABNET CNES

Wiki CNES

DOWNLOADS

Aplicativos

Arquivos da aplicação

Arquivos para outros sistemas

Base de dados

Documentação

CNES

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Versão SCNES Simplificado 4.0.00

Transmissão Direta ao Banco de Dados Nacional

SCNES Simplificado 4.0.00

Transmissão Direta

Consulta Estabelecimento

Nome Fantasia/Nome Empresarial/CNES/CNPJ/CPF

Pesquisar

Consulta Profissional

Nome Profissional/CPF/CNS

Pesquisar

INFORMES

16/08/2019 - Restabelecimento Do Serviço Cadsus X Cnes

15/08/2019 - Versão Scnes 4.1.20

15/08/2019 - Abertura Mód. Transmissor Cnes Competência 08/2019

07/08/2019 - Prorrogação Do Transmissor Comp.07/2019 - Cnes

23/07/2019 - Versão Scnes Simplificado 4.1.10

Mais informes...

LEGISLAÇÃO

21/08/2017 - Portaria Gm 2017-2022 de 07 de Agosto de 2017

08/08/2017 - Portaria Sas/ms Nº 1.317, de 03 de Agosto de 2017

18/01/2017 - Portaria Gm/ms Nº 2.604, de 29 de Dezembro 2016

CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE



- “Implantado como forma de identificar os usuários do SUS, **explicitando** ao mesmo tempo **a sua vinculação a um gestor e a um conjunto de serviços bem definido.**”
- Tem uma **numeração nacional** que permite **identificar o cidadão com o seu sistema** (municipal ou estadual) e agregá-lo ao sistema nacional **garantindo seu atendimento em todo o território nacional;**

Em nenhuma circunstância, o fato de o indivíduo possuir ou não o Cartão poderá ser utilizado como forma de coação ou de obstáculo ao seu acesso aos serviços de saúde.

3 - REGULAÇÃO DO ACESSO À ASSISTÊNCIA

Art. 2º - Inciso III

REGULAÇÃO DO ACESSO À ASSISTÊNCIA:

Também denominada **regulação do acesso** ou **regulação assistencial**, tem como **objetos** a organização, o controle, o gerenciamento e a priorização do acesso e dos fluxos assistenciais no âmbito do SUS, e como **sujeitos** seus

Respectivos gestores públicos, sendo estabelecida pelo **COMPLEXO REGULADOR** e suas unidades operacionais e esta dimensão abrange a **regulação médica, exercendo autoridade sanitária** para a garantia do acesso baseada em protocolos, classificação de risco e demais critérios de priorização.

Art. 5º - AÇÕES

I - regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências;

II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados;

III - padronização das solicitações de procedimentos por meio dos protocolos assistenciais; e

IV - o estabelecimento de referências entre unidades de diferentes níveis de complexidade, de abrangência local, intermunicipal e interestadual, segundo fluxos e protocolos pactuados. A regulação das referências intermunicipais é responsabilidade do gestor estadual, expressa na coordenação do processo de construção da programação pactuada e integrada da atenção em saúde, do processo de regionalização, do desenho das redes.

ART. 8º

ATRIBUIÇÕES DA REGULAÇÃO DO ACESSO

- I - garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada;**
- II - garantir os princípios da equidade e da integralidade;**
- III - fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde;**
- IV - elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação;**
- V - diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência;**

ART. 8º

ATRIBUIÇÕES DA REGULAÇÃO DO ACESSO

VI - construir e viabilizar as grades de referência e contrareferência;

VII – capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde;

VIII – subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde;

IX – subsidiar o processamento das informações de produção; e

X - subsidiar a programação pactuada e integrada.

ART. 7º

A área técnica da regulação do acesso será estabelecida mediante estruturas denominadas **COMPLEXOS REGULADORES**, formados por unidades denominadas **CENTRAIS DE REGULAÇÃO**, preferencialmente, descentralizadas e com um nível central de coordenação e integração.

ART 9º

ABRANGÊNCIA DO COMPLEXO REGULADOR

I- COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL:

Gestão e gerência da Secretaria de Estado Saúde da Saúde, regulando o acesso às unidades de sob gestão estadual e a referência interestadual e intermediando o acesso da população referenciada às unidades de saúde sob gestão municipal, no âmbito do Estado.

Complexo Regulador

Coordenação

Administração de Sistemas de Informação

Central de
Regulação de
Urgência
(Inter-hospitalar)

Central de
Regulação de
Internação

Central de
Regulação de
Procedimentos
Ambulatoriais

Central de
Regulação de
Consultas
Especializadas

Videofonia

SAMU
Regulação de
Urgência
(Pré-hospitalar)

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

- Permite o gerenciamento da disponibilidade de oferta e da necessidade de procedimentos que envolvem a **prestação de serviços hospitalares**;
- **Eletivos e de urgência**;
- Permite a **visualização do mapa de leitos** das unidades executantes e o registro das altas hospitalares.

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

**UNIDADES
SOLICITANTES**

**UNIDADES
EXECUTANTES**

REGULADORES

GESTORES

COORDENADORES

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

**UNIDADES
SOLICITANTES**

**UNIDADES
EXECUTANTES**

REGULADORES

GESTORES

COORDENADORES

UNIDADES SOLICITANTES

- O gestor, ao definir o seu complexo regulador, deve estabelecer quais são as **unidades solicitantes** do sistema;
- Pode ser **qualquer tipo de estabelecimento de saúde** **que** **necessite encaminhar pacientes** para:
 - internações, consultas, exames ou terapias especializadas, por **insuficiência** ou **indisponibilidade** da ação requerida;

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

**UNIDADES
SOLICITANTES**

**UNIDADES
EXECUTANTES**

REGULADORES

GESTORES

COORDENADORES

UNIDADES EXECUTANTES

- São estabelecimentos que executam **procedimentos de alta e média complexidade**;
- Possuem médicos de diferentes especialidades clínicas e recursos diagnósticos e terapêuticos;
- Hospitais, centros e clínicas especializados;

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

**UNIDADES
SOLICITANTES**

**UNIDADES
EXECUTANTES**

REGULADORES

GESTORES

COORDENADORES

REGULADORES

- Médicos que intermediam a rotina clínica e a gestão dos serviços;
- Intervém no agendamento de consultas e exames especializados e nas situações de internações de urgência;
- **Função** checar as evidências clínicas do caso e encaminhar o paciente a uma unidade executante a fim de garantir a melhor opção terapêutica possível.

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

**UNIDADES
SOLICITANTES**

**UNIDADES
EXECUTANTES**

REGULADORES

GESTORES

COORDENADORES

GESTORES

- **A gestão do complexo regulador dever ser pactuada na CIB;**
- **Pode ser:**
 - **SEMSA;**
 - **SES;**
 - **Gestão conjunta**

CENTRAL DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

**UNIDADES
SOLICITANTES**

**UNIDADES
EXECUTANTES**

REGULADORES

GESTORES

COORDENADORES

COORDENADORES

- São profissionais **nomeados pelo gestor** responsáveis pela administração dos serviços da central, o que inclui:
 - Negociação com os prestadores de serviço;
 - Relação com os profissionais de saúde;
 - Consideração dos aspectos epidemiológicos da região.

TETO FINANCEIRO

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

FAEC Fundo de Ações Estratégicas e Compensação

Teto Financeiro do Estado do Acre (TETO MAC) (**2022**):

- **SESACRE: R\$ 204.955.728,86 /ano**
- **Municípios AC: R\$ 5.459.286,48 /ano**

Total Acre R\$ 210.415.015,34 /ano

Teto Financeiro do Estado do Acre (TETO MAC) (**2024**):

- **SESACRE: R\$ 290.062.961,07 /ano**
- **Municípios AC: R\$ 8.033.754,48 /ano**

Total Acre R\$ 298.096.715,55 /ano

**CENTRAL NACIONAL DE REGULAÇÃO
DA ALTA COMPLEXIDADE**

CNRAC

CNRAC

- Criada pela Portaria GM/MS nº 2.309, de 19/12/01;
- Portaria SAS/MS nº 589, de 27/12/01, estabelece os mecanismos da regulação da referência **interestadual**;
- Grupos de procedimentos para inclusão de pacientes:
 - **Cardiologia;**
 - **Neurocirurgia;**
 - **Ortopedia;**
 - **Oncologia**
 - **Epilepsia**

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 1.559, de 1º de agosto de 2008.** Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS. D. O.U. 04 ago 2008. Seção 1, p. 48. Brasília, DF. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=48&data=04/08/2008>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 639, de 25 de março de 2022.** Divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao co-financiamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC) D. O.U. 28 mar 2022. Ed. 59. Seção 1, p. 113. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-639-de-25-de-marco-de-2022-388697536>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- CONASS. **Regulação em Saúde.** Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011. Vol. 10. Atualização junho/2015. Brasília, 2015.